

ENTRE A MÃO E OS ANÉIS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
FERNANDO FERREIRA COSTA



Conselho Editorial

Presidente
PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO
EDUARDO DELGADO ASSAD – JOSÉ A. R. GONTIJO
JOSÉ ROBERTO ZAN – MARCELO KNOBEL
SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR

Comissão Editorial da Coleção Várias Histórias
SILVIA HUNOLD LARA (coordenadora) – CLÁUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA
MARGARIDA DE SOUZA NEVES – SUEANN CAULFIELD
ALCIR PÉCORÁ (representante do Conselho Editorial)

Conselho Consultivo da Coleção Várias Histórias
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA – JEFFERSON CANO
MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA – MICHAEL HALL
ROBERT WAYNE ANDREW SLENES – SIDNEY CHALHOUB

Consultoria deste volume
MARGARIDA DE SOUZA NEVES – DÉA RIBEIRO FENELON

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

ENTRE A MÃO E OS ANÉIS
A LEI DOS SEXAGENÁRIOS E OS
CAMINHOS DA ABOLIÇÃO NO BRASIL

2ª EDIÇÃO

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

M523e Mendonça, Joseli Maria Nunes.
Entre a mão e os anéis : a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil /
Joseli M. N. Mendonça. – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

1. Escravidão – Legislação – Brasil. 2. Brasil – História – Abolição da escravidão,
1888. I. Título.

ISBN 978-85-268-0817-1

CDD 346.81013
981.0435

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão – Legislação – Brasil 346.81013
2. Brasil – História – Abolição da escravidão, 1888 981.0435

Copyright © by Joseli M. N. Mendonça
Copyright © 2008 by Editora da UNICAMP

1ª edição, 1999

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada
em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da UNICAMP
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus UNICAMP
Caixa Postal 6074 – Barão Geraldo
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br



COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga pesquisas recentes sobre a diversidade da formação cultural brasileira. Ancoradas em sólidas pesquisas empíricas e focalizando práticas, tradições e identidades de diferentes grupos sociais, as obras publicadas exploram os temas da cultura a partir da perspectiva da história social. O elenco resulta de trabalhos individuais ou coletivos ligados aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (www.unicamp.br/cccult).

VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*

- 9 – JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*.
- 10 – ALEXANDRE LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*.
- 11 – MAGDA RICCI. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*.
- 12 – GABRIELA DOS REIS SAMPAIO. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*.
- 13 – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de história social da cultura*.
- 14 – SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA. *As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*.
- 15 – SIDNEY CHALHOUB, VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e CARLOS ROBERTO GALVÃO SOBRINHO (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*.
- 16 – LIANE MARIA BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*.
- 17 – PAULO PINHEIRO MACHADO. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*.
- 18 – CLAUDIO H. M. BATALHA, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA e ALEXANDRE FORTES (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*.
- 19 – TIAGO DE MELO GOMES. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*.
- 20 – EDILENE TOLEDO. *Travessias revolucionárias. Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*.
- 21 – SIDNEY CHALHOUB, MARGARIDA DE SOUZA NEVES e LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA (orgs.). *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*.
- 22 – SILVIA HUNOLD LARA e JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil. Ensaio de história social*.
- 23 – WALTER FRAGA FILHO. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia 1870-1910*.
- 24 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*.

25 – VALÉRIA LIMA. *J.-B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*.

26 – LARISSA VIANA. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*.

27 – FABIANE POPINIGIS. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*.

*Para José Mendonça
e para Júlia.*

SUMÁRIO

ABREVIATURAS UTILIZADAS	13
NOTA À 2ª EDIÇÃO	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21
1 A LEI E A LIBERDADE	41
2 A LEI E A ESCRAVIDÃO OS ESCRAVOS SEXAGENÁRIOS	119
3 A LEI E A ESCRAVIDÃO O PREÇO DA LIBERDADE	191
4 LIBERDADE CONCEDIDA, LIBERDADE CONQUISTADA	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS OS SINUOSOS CAMINHOS DA LEI	305
ANEXO 1 PROJETO DANTAS	323
ANEXO 2 PROJETO SARAIVA	333
ANEXO 3 LEI DE 1885	341
FONTES E BIBLIOGRAFIA	351

ABREVIATURAS UTILIZADAS

- ACE: Atas do Conselho de Estado;
- APB-CD: Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Deputados;
- APB-S: Anais do Parlamento Brasileiro — Senado;
- CLIB-APE: Coleção de Leis do Império do Brasil — Atos do Poder Executivo;
- CLIB-APL: Coleção de Leis do Império do Brasil — Atos do Poder Legislativo;
- CMU-TJC: Centro de Memória da UNICAMP — Tribunal Judiciário de Campinas.

NOTA À 2ª EDIÇÃO

O texto que compõe esta edição é o mesmo que foi originalmente publicado. Inicialmente, minha intenção era modificar a forma de redação de algumas passagens, enfatizando algumas idéias ou reformulando trechos que não me pareciam suficientemente claros. Pretendia também fazer uma atualização bibliográfica, inserindo estudos que não foram incluídos na primeira edição, ou porque foram publicados posteriormente, ou porque as possibilidades de interlocução não foram percebidas por mim no momento em que realizei o trabalho.

Ao pôr mãos à obra, entretanto, percebi que essas mudanças alterariam significativamente o texto, sem que, entretanto, redefinissem as teses centrais, que continuo sustentando. Optei, então, por deixá-lo exatamente como ele foi feito.

Vai, pois, o mesmo texto de 10 anos atrás, apenas com pequenas correções, que escaparam da revisão anterior.

Vão também, renovados, meus agradecimentos aos professores do CECULT, com os quais tive o privilégio de continuar trabalhando ao longo desses 10 anos; e aos profissionais da Editora da UNICAMP, pela competência reiterada.

PREFÁCIO

Um livro é feito de muitas coisas, além de tinta e papel. Este aqui trata de uma história bastante conhecida, cujos significados aparecem como que desvendados pela primeira vez. Quem já não ouviu falar da Lei dos Sexagenários, uma das últimas etapas legais e políticas do encaminhamento da abolição no Brasil? Pois até esta simples pergunta parecerá estranha depois da leitura das páginas escritas por Joseli Mendonça.

Ela acompanhou todas as discussões parlamentares na Câmara dos Deputados da Assembléia Geral do Império, desde a apresentação do primeiro projeto até a lei ser decretada. Diferente da maior parte da historiografia, no entanto, procurou relacionar as posições dos deputados neste longo e conturbado debate às experiências da escravidão, às relações e conflitos entre senhores, escravos e libertos. Usou dezenas de ações de liberdade que correram nos tribunais de Campinas entre 1880 e 1888 para recuperar a vida nas ruas e nas fazendas e mostrar como nestes lugares também as questões legais estavam em jogo.

Neste caminho, as concepções de liberdade, as formas “prudentes” e “seguras” de lidar com o processo da emancipação dos escravos legalmente inaugurado com a lei de 1871 e o destino dos libertos contavam, e muito. Pesava também a necessidade de abolir gradualmente a escravidão sem questionar sua legitimidade: tese que garantia a indenização para os proprietários. Além do dinheiro, do “justo”, do “legal” e do “legítimo”, havia ainda o poder. Tratava-se, também, nestes debates jurídicos e parlamentares dos anos 80, da preservação do domínio senhorial sobre seus escravos.

Contestada pelos cativos e atacada pelos abolicionistas, a autoridade dos senhores se via cada vez mais corroída. Os anos

posteriores à Lei do Ventre Livre haviam permitido vários “abusos”, resultantes do bom aproveitamento que advogados e escravos andavam fazendo das brechas desta e de outras leis. Era preciso reformular o espaço jurídico que enquadrava as relações escravistas. Os interesses em conflito e a participação direta e indireta de vários sujeitos históricos emergem da redação ambígua do texto da lei e das interpretações produzidas nos tribunais.

Mais que um processo linear, marcado por leis “aboliconistas”, este livro revela histórias de muitos homens e mulheres que lutaram para inscrever na lei ou dela afirmar uma interpretação com significados opostos aos de seus senhores. Podemos ler na lei de 1885 elementos favoráveis às alforrias ou limitadores do poder senhorial. Além dos encaminhamentos em direção à liberdade, no entanto, seu texto também inclui aspectos que asseguram a continuidade do poder dos senhores e a defesa de seus “direitos”. Entender como isto foi possível e como as lutas sociais fizeram parte do campo jurídico e legal é o que podemos ganhar lendo as páginas que se seguem.

Escrita inicialmente como dissertação de mestrado, a pesquisa empreendida pela autora partilha de uma perspectiva de análise comum a vários historiadores brasileiros da escravidão. Nos últimos anos, processos e outros documentos judiciais têm sido cada vez mais usados pelos estudiosos, muitas vezes associados a novas perspectivas teóricas. No programa de pós-graduação da Unicamp, Joseli Mendonça não só entrou em contato com estes debates como deles participou oferecendo uma contribuição significativa. Ao associar o estudo dos caminhos da abolição a temas clássicos da história do Direito, das práticas legislativas e judiciais no Brasil, trouxe-os para o campo da história social, problematizando descobertas feitas no contato com a documentação e redimensionando interpretações correntes sobre a produção da lei e o exercício da Justiça no período imperial.

Fruto de um esforço individual, temperado e adensado pelo debate coletivo, estas páginas mostram que é preciso bem mais que tinta e papel para escrever um livro. Bem urdido e resultado de uma pesquisa densa e conseqüente, esta é uma obra feita de

argumentos. Um livro inteligente, inovador, capaz de oferecer uma contribuição efetiva aos estudos históricos, trazendo novidades a um tema já clássico, mas crucial na história e na historiografia brasileiras.

Silvia Hunold Lara

Março de 1999

